

Discipulai as Nações

Uma análise bíblica sobre o significado da Grande Comissão e suas implicações para a Igreja

André Silva da Silva

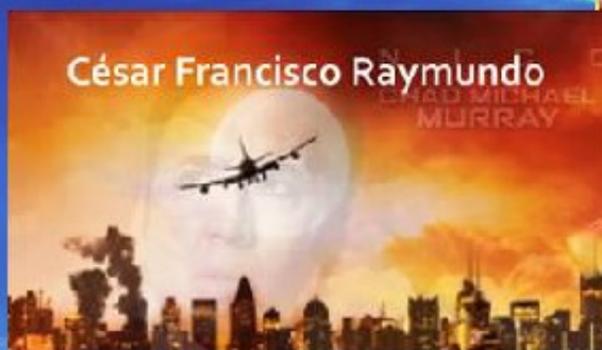


revista cristã
última chamada

O últimos dias como você nunca ouviu falar!

César Francisco Raymundo

with
CHRIS MICHAEL
MURRAY



DEIXADOS PARA TRÁS

**Separando a Ficção
da Realidade**

Revista Cristã
Última Chamada

- ▶ Arrebatamento
- ▶ Fim do mundo
- ▶ Guerras
- ▶ Grande Tribulação
- ▶ Milênio
- ▶ Preterismo
- ▶ Pós-milenismo

www.
revistacrista
.org

ANDRÉ SILVA DA SILVA

DISCIPULAI AS NAÇÕES

UMA ANÁLISE BÍBLICA SOBRE O SIGNIFICADO DA
GRANDE COMISSÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A IGREJA



revista cristã
última chamada

Patrocine esta obra!

Colabore com este trabalho que visa reformar o verdadeiro ensinamento sobre a Escatologia (ou fim dos tempos), o qual foi tão suprimido nos últimos séculos. Acima de tudo pedimos que nos ajude com as suas orações, para que possamos continuar a ter vigor para continuar e resistir os desafios de cada dia.

Se você pretende patrocinar esta revista, saiba, nós não prometemos as bênçãos de Deus para você, mas garantimos que você estará abençoando outros que precisam ter nossas literaturas gratuitamente.

Doe via depósito bancário

Banco: Caixa Econômica Federal

Em favor de: César Francisco Raymundo

Agência: 3298

Operação: 013

Conta: 00028081-1

Usufrua gratuitamente do site

Temos perto de mil arquivos de artigos, vídeos e mensagens sobre escatologia em geral. Todos eles divididos em ordem alfabética.

www.revistacrista.org

Contato:

ultimachamada@bol.com.br

contato@revistacrista.org

DISCIPULAI AS NAÇÕES
UMA ANÁLISE BÍBLICA SOBRE O SIGNIFICADO DA GRANDE COMISSÃO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A IGREJA

Autor: ANDRÉ SILVA DA SILVA

Os direitos autorais deste e-book pertencem a André Silva da Silva.

Revista Cristã Última Chamada
- Novembro de 2023 –

Capa: César Francisco Raymundo

Revista Cristã Última Chamada publicada
com a devida autorização e com todos os
direitos reservados no Escritório de Direitos
Autorais da Biblioteca Nacional do Rio de
Janeiro sob nº 236.908.

É proibida a distribuição deste material para fins comerciais.

É permitida a reprodução desde que seja distribuído gratuitamente.

Editor

César Francisco Raymundo

E-mail: ultimachamada@bol.com.br

Site: www.revistacrista.org

Novembro de 2023

Londrina – Paraná

Ao meu amado avô, Antônio
Perereira da Silva (*in memoriam*),
cujo grande exemplo eu
sempre carregarei vividamente
comigo.

RESUMO

Este trabalho é uma exposição do significado da Grande Comissão e suas implicações para a Igreja. Ele está organizado em três partes: No primeiro capítulo, demonstra-se de forma bíblico-exegética que o objeto direto e, conseqüentemente, o foco do discipulado na Grande Comissão, conforme a narrativa de Mateus 28.19-20, são as nações e não indivíduos de dentro das nações. A seguir, é apresentado o conceito bíblico de “nações”, e o processo de formação das nações no contexto pós-dilúvio e como propósito divino. O segundo capítulo apresenta os fundamentos bíblicos, Antigo e Novo Testamento, e os fundamentos confessionais para o discipulado das nações. O terceiro e último capítulo aborda as implicações que o entendimento correto do significado da Grande Comissão traz para a Igreja, a saber, contribuir para restauração da perspectiva universal da missão da Igreja e mostrar que a Igreja como corpo é responsável pelo cumprimento da Comissão.

Palavras-chave: Etnias. Comissão. Igreja. Criação. Autoridade. Nações.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARA: A BÍBLIA SAGRADA ALMEIDA REVISTA E ATUALIZADA

ARC: A BÍBLIA SAGRADA ALMEIDA REVISTA E CORRIGIDA

CFW: CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

BCW: BREVE CATECISMO DE WESTMINSTER

cf.: CONFERIR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS NAÇÕES COMO OBJETO DIRETO DO DISCIPULADO	13
1.1 UMA BREVE EXEGESE DE MATEUS 28.19-20	13
1.2 O CONCEITO BÍBLICO DE NAÇÕES	16
1.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES	19
1.3.1 A formação das nações no contexto pós-dilúvio	20
1.3.2 A formação das nações como propósito divino	25
2 OS FUNDAMENTOS BÍBLICOS E CONFSSIONAIS QUE JUSTIFICAM O DISCIPULADO DAS NAÇÕES	28
2.1 ANTIGO TESTAMENTO	28
2.1.1 A criação do mundo	28
2.1.2 A criação e a missão do homem	29
2.1.3 O chamado de Abraão	31
2.1.4 A escolha de Israel	34
2.1.4.1 Um reino de sacerdotes	35
2.1.4.2 Uma nação santa	36
2.1.5 A promessa de alcance das nações presente nos salmos	36
2.1.6 A promessa de alcance das nações presente nos profetas	38
2.1.6.1 Isaías 2.2-3	38
2.1.6.2 Isaías 52.13-15	40
2.1.6.3 Daniel 2	41
2.1.6.4 Daniel 7.13-14	43
2.2 NOVO TESTAMENTO	44
2.2.1 As garantias dadas por Cristo em Mateus 28.18-20	44
2.2.1.1 A autoridade de Cristo	44
2.2.1.2 A presença de Cristo	45
2.2.2 O cumprimento da Grande Comissão pela Igreja primitiva em Atos	45
2.2.3 A teologia paulina e as nações	46

2.2.3.1 As nações estão vendo o que Deus realizou	47
2.2.3.2 As nações estão se beneficiando do que Deus realizou	47
2.2.3.3 As nações estão sendo reunidas em Cristo	48
2.2.3.4 As nações estão compartilhando a mesma identidade de Israel...	49
2.3 FUNDAMENTOS CONFSSIONAIS	49
2.3.1 Incentivo à pregação da palavra para o arrependimento e conversão dos pecadores	50
2.3.2 Incentivo à tradução das Escrituras nas línguas das nações	50
2.3.3 Incentivo à oração para que o Evangelho alcance todas as nações.	51
3 IMPLICAÇÕES DO ENTENDIMENTO CORRETO DA COMISSÃO PARA A IGREJA	53
3.1 RESTAURAR A PERSPECTIVA UNIVERSAL DA MISSÃO DA IGREJA	53
3.1.1 Limitação da fé cristã	53
3.1.2 Excessivo zelo denominacional	58
3.2 MOSTRAR QUE A IGREJA COMO CORPO É RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DA COMISSÃO	
3.2.1 Influência no aspecto pessoal	61
3.2.2 Influência na Igreja como um todo	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

Em que consiste a Grande Comissão? A narrativa de Mateus 28:18-20, conhecida comumente como “A Grande Comissão”, se trata de uma das porções mais conhecidas das Sagradas Escrituras. Esse texto é amplamente utilizado por muitas Igrejas como marca ou símbolo de campanhas evangelísticas, as quais geralmente são feitas sob o slogan de “faça o ide de Jesus” ou “salve almas para Jesus antes que seja tarde demais”. Geralmente, a definição que tem sido dada para a Grande Comissão por muitas dessas Igrejas, inclusive em meios reformados, é individualista e de caráter apenas soteriológico. Ou seja, o entendimento é de que a Grande Comissão consiste apenas em fazer discípulos de todas as nações, arrancando-os do inferno antes que o juízo divino seja derramado sobre o mundo que “jaz no maligno” e que está reservado para destruição. Porém, será mesmo este o significado correto da Grande Comissão, com o seu significado limitando-se apenas a aspectos soteriológicos e individualistas? E se o significado da Grande Comissão não é este, qual é então? E de que modo ela deve ser interpretada? Aqui, portanto, há de se encontrar o ponto de partida deste trabalho.

Ao tratar sobre o significado da Grande Comissão, a tese deste trabalho é de que a Grande Comissão consiste no chamado de Deus à Igreja para o discipulado de todas as nações. Toda essa tese será desenvolvida sobre a regra de que as Escrituras demonstram que a Grande Comissão tem um significado muito mais amplo do que simplesmente salvar indivíduos de dentro de cada nação do mundo. Deus tem em vista não apenas o discipulado de indivíduos, mas sim o discipulado de todas as nações da terra, de modo que as nações sejam

colocadas debaixo do senhorio de Cristo e glorifiquem ao nome de Deus por meio da obediência à sua palavra.

Afirmar isso é importante porque a maneira individualista como a Grande Comissão é definida, tem sido determinante para a forma como a Igreja tem evangelizado, praticado missões e até mesmo atuado de forma político-social no mundo. Por isso, a tese desta pesquisa é construída sobre o princípio de que, ao invés de apenas soteriológica, a Grande Comissão da Igreja deve ser interpretada de maneira doxológica.

Posto isto, esta pesquisa está organizada em três partes: No primeiro capítulo, demonstra-se de forma bíblico-exegética que o objeto direto e, conseqüentemente, o foco do discipulado na Grande Comissão, conforme a narrativa de Mateus 28.19a, são as nações e não indivíduos de dentro das nações. A seguir, é apresentado o conceito bíblico de “nações”, e o processo de formação das nações no contexto pós-dilúvio e como propósito divino. O segundo capítulo apresenta os fundamentos bíblicos, Antigo e Novo Testamento, e os fundamentos confessionais para o discipulado das nações. O terceiro e último capítulo aborda as implicações que o entendimento correto do significado da Grande Comissão traz para a Igreja, a saber, contribuir para restauração da perspectiva universal da missão da Igreja e mostrar que a Igreja como corpo é responsável pelo cumprimento da Comissão.

A escolha deste tema justifica-se por algumas razões. Em primeiro lugar, porque ele é de bastante interesse para o autor deste trabalho. Depois de uma exegese feita no ano de 2019 exatamente no texto da Grande Comissão, como requisito de aprovação na cadeira de Exegese do Novo Testamento I, o autor percebeu que a maneira individualista como a Grande Comissão tem sido interpretada é infiel à ideia apresentada no texto grego.

Em segundo lugar, porque existe uma necessidade de alfabetização da Igreja no que concerne ao entendimento do caráter doxológico e universal da Grande Comissão, pois o “analfabetismo” da Igreja quanto a isso tem trazido sérios prejuízos no que concerne à evangelização, prática de missões e conseqüentemente na propagação da cosmovisão cristã em todas as esferas da sociedade. Apenas conhecendo de maneira correta a missão que ela deve cumprir é que a Igreja pode então permanecer eficaz, focando todos os seus recursos e determinando suas atividades com essa finalidade apropriada em vista. (CHEUNG, 2005, n.p).

1 AS NAÇÕES COMO OBJETO DO DISCIPULADO DA GRANDE COMISSÃO

No tema dessa pesquisa está a seguinte premissa: a grande comissão consiste no chamado de Deus à Igreja para o discipulado das nações. Assim, este trabalho inicia demonstrando à luz da narrativa de Mateus 28.19-20a, que as nações são de fato o objeto direto do discipulado da Igreja conforme ordenado por Cristo. A seguir, é apresentado o conceito bíblico de nações e o processo de formação delas no contexto pós-dilúvio e a formação delas como propósito divino.

1.1 UMA BREVE EXEGESE DE MATEUS 28.19-20

A melhor tradução para a expressão grega contida em Mateus 28.19a, “*μαθητεύσατε πάντα τὰ ἔθνη*” é, “discipulai todas as nações”. No grego, o objeto direto do verbo “*μαθητεύσατε*” (“discipular”) é “*πάντα τὰ ἔθνη*” (“todas as nações”) Isso significa que os discípulos deveriam tornar todas as nações discípulas de Cristo, e não, como geralmente é apresentado erroneamente por algumas traduções modernas, “fazei discípulos de todas as nações”. A tradução moderna remete a uma ideia que não é fiel ao texto Grego.

Existem pelo menos dois problemas com as modernas traduções: (1º) Transforma o verbo grego “μαθητεύσατε” (“discipular”), no verbo português *fazer*, e com isso, o objeto direto do verbo passa a ser *discípulos*, e não “todas as nações” como está claramente explícito no texto Grego. (2º) Essa tradução também faz do objeto direto do verbo grego um genitivo. A palavra “nações”, que no grego encontra-se no acusativo, é transformada em um caso genitivo regido pela proposição “de”, palavra que também não está presente no texto Grego. Esses problemas tornam a frase ambígua quando traduzida por “fazei discípulos de todas as nações”, e conseqüentemente, comprometem significativamente o real significado da Grande Comissão.

Essa imprecisão das traduções modernas tem levado à compreensão incorreta da Grande Comissão, ou, pelo menos, tem contribuído para confirmar a visão errônea de muitos cristãos (PERKS, 2015, p.13). Portanto, o significado mais fiel ao texto de Mt 28.19a é que, ao instruir os discípulos a “discipular todas as nações”, Jesus estava afirmando que todas as nações deveriam ser colocadas debaixo da sua liderança, ou seja, o objeto direto do discipulado são as nações.

De acordo com Mt 28.19,20a, a comissão para discipular todas as nações deveria ser realizada pelos discípulos de duas maneiras. A primeira delas, através do batismo (v.19a). Esse batismo não se restringe ao batismo de indivíduos provenientes das nações, mas de fato, ao batismo das nações. Essa posição não é aceita por todos os teólogos. Alguns negam que Jesus tenha falado do batismo de nações, mas sim de indivíduos pertencentes às nações. Os estudiosos que defendem o batismo nessa passagem como referindo-se apenas a indivíduos, usam como principal argumento a discordância de gênero existente entre o pronome e o seu substantivo antecedente. O pronome $\alpha\upsilon\tau\omicron\upsilon\varsigma$ (os) se encontra na forma acusativo plural

masculino, enquanto que o substantivo que o antecede, “ἔθνη” (nações), se encontra na forma acusativo plural neutro.

Em virtude disso, especialmente os teólogos batistas, afirmam que o termo “os” não pode se referir às nações, mas apenas a discípulos individuais provenientes de dentro das nações. Assim, a solução para a discordância de gênero, é a inserção de outro antecedente, que no caso, implicitamente seria, “os discípulos” de todas as nações. Entretanto, o fato é que a língua grega não exige esse rigor gramatical, e o Novo Testamento não deixa de ser consistente com a gramática grega ao usar, não somente uma vez, mas várias vezes, um pronome masculino para se referir de modo retrospectivo a um substantivo neutro plural (PERKS, 2015, p.54). A discordância de gênero pode ser observada em várias outras passagens do Novo Testamento, tais como, Gl 1.22,23 e Jo16.13. Dessa forma, a observância irrestrita dessa regra em Mateus 28.19,20a, precisa demonstrar sua legitimidade também a partir das outras passagens do Novo Testamento.

Assim sendo, o resultado da Grande Comissão não se limita ao discipulado de indivíduos provenientes de todas as nações, mas consiste em todas as nações do mundo se convertendo no reino de Cristo (PERKS, 2015, p.57). Para isso, as nações devem ser batizadas em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

A segunda maneira pela qual o discipulado das nações deveria ser realizado é através do ensino de tudo aquilo que Jesus ordenou (v. 20a). Esse ensino refere-se aos ensinamentos contidos nos Evangelhos, a doutrina apostólica após a ascensão de Jesus, e tudo aquilo que está contido na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos, pois eles falam a respeito de Jesus (cf. Lc 24). Portanto, esse conteúdo do ensino às nações, é tudo, e somente aquilo, que está contido nas Escrituras Sagradas do Antigo e Novo Testamento. Isso revela que a submissão das nações a Cristo inclui a observância de

toda a Bíblia como regra de fé e prática. Pois não pode ocorrer discipulado das nações sem que elas abracem toda a Lei¹de Deus (PERKS, 2015, p.45).

1.2 O CONCEITO BÍBLICO DE NAÇÕES

O dicionário Aurélio, apresentando uma definição moderna do termo *nação*, destaca que nação significa “o povo de um território organizado politicamente sob um único governo” (FERREIRA,2001, p.479). Os Estados-Nações, como conceituado acima, que caracterizam o mundo moderno como o conhecemos, surgiram especialmente no final do século XVIII e início do século XIX (FREITAS, 2015, n.p).Todavia, o conceito bíblico de “nação” presente nas Escrituras não pode ser confundido, como geralmente o é, com esse conceito moderno de nação politicamente organizada (Brasil, Argentina, etc.).

O termo “nações” presente na maioria das modernas traduções das Escrituras em português, provém de uma tradução feita a partir dos termos “*Ethnos*”, “*Goyim*” e “*Am*”. O termo grego “*Ethnos*” é usado 162 vezes pelos autores do Novo Testamento, sendo 91 delas para se referir aos grupos gentílicos de um modo geral. O equivalente veterotestamentário de *Ethnos* é *Goyim*, usado em 551 ocasiões pelos autores do Antigo Testamento, geralmente para se referir a nações não israelitas. Outro termo que também é usado para se referir às nações, povos, gentes etc., em sua grande maioria como referência especificamente ao povo israelita, é o termo hebraico “*Am*”, encontrado 1842 vezes no Antigo Testamento. A respeito do termo “*Am*”, o Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento (2015, p.1129) diz:

¹ Escritura Sagrada do Antigo e Novo Testamento.

O termo ‘am ocorre com maior freqüência do que gôy no AT e tem uma esfera semântica muito mais abrangente [...] Apesar de a nuance nem sempre ficar clara de imediato, quando uma nação é chamada de ‘am, fica implícita uma consciência de comunidade étnica baseada em relacionamentos consanguíneos. No entanto, a expressão também é usada quando o escritor deseja ressaltar o relacionamento de uma nação com a divindade, como no caso de “povo do Senhor”.

Quando os autores bíblicos usam “*Ethnos*”, “*Goyim*”, ou “*Am*”, referem-se não a Estados-Nacionais, ou Países, mas sim a grupo de pessoas com identidade étnica semelhante. Ralph D. Winter lembra que:

As ‘nações’ às quais Jesus se referia, inclusive no texto da Grande Comissão, frequentemente eram, no geral, grupos étnicos dentro da estrutura política singular do governo romano. [Além disso] as diversas nações representadas no dia de Pentecostes eram na maioria povos e não países. (WINTER, 2009,p.337).

Por isso, a ideia bíblica de nação se assemelha não ao conceito moderno de nação, mas sim ao conceito que temos de etnia, cuja definição básica é de uma “população ou grupo social que apresenta homogeneidade cultural, religiosa e linguística, compartilhando história e origens comuns”. (AURÉLIO, 2001, p.300). Acerca disso, Timóteo Carriker (1992, p. 42) diz:

A ideia de *ethnos* está muito mais próxima da ideia de povos ou grupos étnicos do que

países. O objeto com o qual as missões lidam são as diversas etnias [...] Há quarenta anos, alguns líderes eclesiais achavam que quase já havíamos evangelizado o mundo, pois apenas quatro países ainda não tinham uma igreja cristã — Nepal, Tibete, Afeganistão e Bangladacsh. Mas aquela observação falhava por entender ethnos como país em vez de etnia.

Dando uma definição mais detalhada de etnia, Dewi Hughes (2010, n.p) afirma que etnia é:

Um tipo de comunidade com uma consciência de ser um povo distinto de todos os outros com as seguintes características: um nome próprio em comum; a crença de um antepassado comum; uma história comum; elementos de uma cultura comum, como a linguagem, os costumes, a cultura material, religião; e uma ligação com a pátria

As nações descritas em Gn 10, por exemplo, correspondem bastante às principais características de etnias destacadas por Hughes. Muitos dos nomes de Gênesis 10 encontram-se entre um nome próprio para um grupo étnico e o nome de um antepassado comum. Jafé, a título de exemplo, o filho de Gomer, é o nome próprio de um povo indo-europeu que viveu no sul da Rússia. Nos versos de 8-12 do capítulo 10, está contido o relato da genealogia de Ninrode, descendente de Cuxe, filho de Cam. Ninrode foi o fundador da Babilônia e de Nínive na mesopotâmia. Esse é um bom exemplo do tipo de memória histórica comum que forma uma identidade étnica. A variedade de línguas que seguiu à multiplicação das nações é destacada após a genealogia de cada filho de Noé, enquanto alguns

dos nomes da lista também são os nomes dos territórios, como é o caso Mizraim/Egito (HUGHES, 2010, n.p). Portanto, são extremamente numerosos os exemplos de etnias (nações) encontradas nas Escrituras que apresentam as características de uma etnia dadas por Hughes: Cuxitas, Assirios, Ninivitas, Judeus, Cananeus, Moabitas, Amonitas, Filisteus etc.

Em resumo, pode-se afirmar que o entendimento correto do conceito bíblico de nações como sendo etnias e não países, ilumina imensamente a tarefa da Igreja no que concerne ao cumprimento da Grande Comissão, pois embora o mundo hoje seja constituído por Estados-Nacionais organizados, ainda assim essas nações possuem muitas etnias dentro de seus territórios. Sendo assim, isso significa que mesmo dentro das nações modernas podem existir, e existem, muitos grupos étnicos que ainda não foram discipulados pela Igreja. E uma vez que a ordem de Cristo é para que “todas as ‘etnias’ (nações)” sejam discipuladas, o trabalho missionário em uma nação só poderá ser dado como “concluído” quando todas as etnias que estão dentro, e compõem tal nação, forem discipuladas.

1.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES

É extremamente amplo o interesse que a narrativa bíblica dá para o tema nações, conforme assevera Wright (2014,p.475): “quando elas não são as protagonistas, são pelo menos o pano de fundo das narrativas bíblicas, e quando não estão por trás de grandes acontecimentos, geralmente são objetos da inspeção ou acusação divina”. Em face da importância que a narrativa bíblica dá para o tema nações, faz-se necessário uma compreensão bíblica de como se deu o processo de formação das nações.

1.3.1 A formação das nações no contexto pós-dilúvio

As Escrituras mostram que, falhando no cumprimento da missão recebida em Gênesis 1.26-28 para que fosse fecundo, multiplicasse e enchesse a terra, o homem caiu em pecado e trouxe maldição e miséria a toda a terra. Acerca da queda do homem, a CFW diz:

Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido [...] Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária. (VI, 1,2,3)

A consequência natural da obediência do primeiro casal seria a formação de nações santas que encheriam a terra da glória de Deus. Porém, a queda do homem resultou na formação de povos cada vez mais mergulhados no pecado e distantes do Senhor - a descendência de Caim é um exemplo claro disso. Dessa forma, segundo o relato de Gn 6.5, o Senhor viu que a maldade do homem havia se *multiplicado grandemente na terra* e que era continuamente mau todo desígnio do coração do homem; isso fez com que o Senhor se arrependesse de ter feito o homem. E em face da maldade do homem, o SENHOR resolveu então enviar o dilúvio sobre a terra, destruindo a maioria da humanidade como um ato de intervenção e preservação. Por isso,

conforme Gn 6.7, Deus decidiu que faria desaparecer da face da terra o homem que ele havia criado, o homem e o animal, os répteis e as aves dos céus; porque se arrependeu de os haver feito.

Entretanto, depois do dilúvio, a mesma comissão dada a Adão em Gn 1.26-28, foi dada para Noé e sua família, a qual fora preservada por Deus. Assim, a comissão a partir da família de Noé seria cumprida em um contexto ainda de pecado, mas agora em nova criação pós-diluviana. Para esse propósito, portanto, Deus ordenou também a Noé e aos seus familiares que fossem fecundos, multiplicassem e enchessem a terra. Quanto a isso, G.K Beale diz:

A tarefa de Adão de encher a terra com imagens de Deus é transmitida a Noé apesar de o pecado se espalhar para encher a terra [...] Assim como Deus originalmente criou os céus e a terra pelas águas e abençoou e encarregou Adão de ser “fecundo e multiplicar-se e encher a terra” Deus agora recria o mundo pelas águas do dilúvio e abençoa e encarrega Noé de “ser fecundo e multiplicar-se e encher a terra”. A missão de Adão é transmitida a Noé no contexto de uma nova criação. (BEALE, 2018, p.24).

O capítulo 10 de Gênesis demonstra que essa ordem de Deus passa a ser efetivamente cumprida. Nesse capítulo, é apresentada uma lista, ou como geralmente o capítulo é conhecido, a “tábua das nações”, nações estas que começaram a ser formadas depois do dilúvio. À medida que a ordem de Deus era cumprida e conforme a providência de Deus a guiava, a família de Noé se multiplicava sobre toda a terra, as nações se tornavam cada vez mais numerosas e se espalhavam em seus territórios, cada uma com sua própria língua. Falando sobre a formação dessas nações em Gênesis 10, Bruce K. Waltke afirma:

A “Tábua das Nações”, representa as nações como de um mesmo sangue, multiplicando-se sob as bênçãos de Deus como tribos e nações distintas. A Tábua representa a preocupação abrangente de Deus com todos os povos, não apenas os israelitas, o que se entende pela omissão de Israel desta Tábua. O narrador apresenta um simbólico “setenta nações” com base em fatores étnicos, geográficos, lingüísticos e políticos. (WALTKE, 2010, p.194)

A narrativa da formação das nações no contexto pós-dilúvio é completada com a conhecida história da torre de Babel (Gn11.1-9). Essa narrativa mostra, em virtude do pecado, a tentativa do homem de interromper a ordem de Deus a Noé e sua família para se multiplicarem e encherem toda a terra. Chung destaca duas motivações principais para o que ele chama de *a revolta de Babel*: A primeira foi uma motivação de autoglorificação ou antidoxologia do homem. Se o propósito criacional de Deus era a glória do seu nome, movidos por idolatria e antropocentrismo, os construtores da torre queriam exaltar o seu próprio nome. A segunda motivação foi antimissional, ou seja, ao contrário de obedecerem à ordem de Deus para se multiplicarem e encherem a terra, eles almejavam se tornar um grande império para conquistar os demais povos, estabelecendo, assim, uma superioridade cultural sobre todos os outros povos (CHUNG,2019, p.118-120). Provavelmente, a história de Babel está para Gn 10 como Gn 2.5-25 está para o relato da criação. Ou seja, assim como Gn 2.5-25 é uma descrição mais detalhada de fatos que ocorreram no que está registrado nos capítulos precedentes, a narração da torre de Babel, provavelmente, é uma narração mais detalhada de algo que aconteceu em algum momento dos eventos narrados no capítulo 10. Na disposição dos capítulos 10 e 11, em

meio ao repovoamento da terra por meio da multiplicação das nações, possivelmente o evento da construção da torre de Babel acontece (CHUNG, 2019, p.114).

A interpretação clássica da narrativa de Gn 11 é de que em Babel tem-se a origem da diversidade de línguas, e que, portanto, a dispersão e a confusão das línguas (“ídiomas”) tratou-se de uma espécie de maldição ou julgamento divino que começou a ser desfeito somente em At 2 na ocasião do Pentecostes. Seguindo essa linha de interpretação clássica, Waltke diz:

[Deus] julga a humanidade confundindo seus idiomas e os forçando a separar-se uns dos outros [...] Essa danosa confusão e devastadora destruição são revertidas no Pentecostes (At 2.5-18). O Espírito não remove os diversos idiomas, porém permite que os regenerados ouçam e entendam uns aos outros. O Espírito altera os efeitos de seus idiomas de desconstruir a comunidade, [e passa a] reconstruir a nova comunidade da igreja. (WALTKE, 2010, p.222)

Chung, destoando dessa linha interpretativa tradicional, defende que a origem das línguas não ocorreu em Babel, pois a tábua das nações no capítulo 10 aponta para a origem da diversidade de línguas (ídiomas) como algo que não teve relação com a conseqüente dispersão em decorrência da construção da torre de Babel, mas sim com a multiplicação que Deus já havia ordenado no capítulo 9 de Gênesis a Noé e sua família (CHUNG, 2019, p.115). A construção da torre de Babel tratou-se, portanto, da tentativa de alguns povos específicos após o dilúvio, e não todos, de interromper o curso natural da formação das nações conforme estava acontecendo em

Gênesis 10. Discorrendo sobre a revolta de Babel, Hughes (HUGHES, 2010, n.p.) afirma:

Esta é provavelmente a primeira proclamação de um império na história da humanidade com, neste caso, uma cidade que pretende dominar o resto da humanidade, e, no processo, tenta usurpar a posição que só pertence a Deus. Pretenderam que a cidade e sua torre também fosse um centro magnético de poder que iria impedir que as pessoas se distanciassem umas das outras, e não saíssem para povoar a terra como Deus queria.

É por isso então, que, possivelmente, guiados por Ninrode, eles disseram: "Vinde, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre cujo tope chegue até aos céus e tornemos célebre o nosso nome, **para que não sejamos espalhados por toda a terra**" (Gn 11.4. **Grifo nosso**). Dessa forma, diferente do que propõe Waltke, o fato de Deus interromper o projeto da construção da Torre, confundido o propósito daqueles povos e os espalhando pela superfície da terra, tratou-se de uma bênção de preservação e não de uma maldição. Foi uma bênção de preservação não apenas para os povos que unidos, intentavam construir a torre, mas também para as demais nações recém-formadas, as quais poderiam ser contaminadas, dominadas ou conseqüentemente destruídas pelos líderes do projeto de Babel, interrompendo assim, os propósitos de Deus para as nações. Chung diz:

Uma teologia que afirma o surgimento das nações, povos e línguas como maldição e como consequência do juízo divino é no mínimo problemática [...] Quando vemos que a confusão da linguagem foi o método escolhido

para a dispersão, podemos concluir que a bondosa e misericordiosa mão do Senhor estava sobre os construtores. (CHUNG, 2019, p.122,128)

Diante do exposto, é necessário ainda, apresentar outro aspecto que envolve a formação das nações, que é a formação das nações como propósito divino.

1.3.2 A formação das nações como propósito divino

Apesar das nações aparecerem nas Escrituras especificamente já em um contexto pós-queda após o Dilúvio, a formação delas não é necessariamente um produto da queda, mas, antes de tudo, como destacado pelo Apóstolo Paulo, Deus é o próprio criador das nações, o que mostra que a formação das nações é fruto de um propósito divino. Segundo Paulo, de um só, Deus “[...]fez todas as nações (etnias) dos homens, para habitarem sobre toda a face da terra, havendo determinado os tempos de antemão ordenados, e os limites da habitação deles”. (At 17.26) Para o apóstolo Paulo, o SENHOR exerce controle soberano sobre todas as nações da terra. Ele não apenas determinou em quantas nações toda a população do mundo deveria ser dividida, como também deu a cada uma dessas nações a posse de um território, determinando as fronteiras dessas terras (VANGEMEREN, 2011, p. 1129). Com relação a isso, Christopher Wright escreve:

Embora a bíblia nos apresente as nações no contexto de uma humanidade caída e arrogante, mesmo depois do dilúvio, ela não dá a entender que a diversidade étnica ou nacional seja em si mesma pecaminosa ou produto da queda – ainda que os efeitos funestos da

hostilidade entre as nações certamente o sejam. As nações, antes simplesmente estão ali, como parte evidente da humanidade, conforme Deus a criou. O governo de Deus sobre as nações, copiosamente afirmado ao longo do Antigo Testamento, é uma simples decorrência do fato de que foi ele, em primeiro lugar, quem as criou. (WRIGHT, 2012, p.476-477)

Dentro da soberania e providência de Deus, a formação das nações é um resultado direto do desenrolar da comissão que foi dada ao homem em Gênesis 1.26-28, e, conseqüentemente da transmissão dessa mesma comissão para Noé e sua família em Gn9 após o dilúvio. Assim, as nações seriam formadas naturalmente à medida que o homem cumprisse a comissão que Deus delegou a ele para que *multiplicasse e enchesse toda a terra*. Com uma terra habitada por nações constituídas e formadas por portadores santos da sua imagem, Deus almejava que toda a terra fosse cheia da sua glória como as águas cobrem o mar.

Em outras palavras, o plano criacional de Deus para as nações era doxológico, isto é, todas as etnias da terra, formadas a partir do primeiro casal, viveriam para adorar ao nome do Senhor, enchendo assim a terra da glória de Deus. Aqui está, portanto, o elo pelo qual chega-se ao título deste trabalho, a saber, a constituição das nações como fazendo parte do plano criacional e doxológico de Deus de ter uma terra cheia da sua glória, mostra que o propósito de Deus sempre foi global, não se resumindo a um, ou a outro indivíduo, e nem apenas ao povo de Israel (CHUNG, 2019, p.15). Logo, apesar das Escrituras mostrarem Deus separando e escolhendo indivíduos, e de forma especial separando o povo de Israel, os fins para essas escolhas sempre foram universais, de modo que também não seria diferente com o comissionamento da Igreja.

Por essa razão Jesus disse aos seus discípulos que fossem e discipulassem todas as nações e não poucos indivíduos de cada nação. E Cristo assim o fez baseando-se no fato de que todas as nações, por serem elas criação de Deus, pertencem por direito a ele. Portanto, o Cosmos inteiro está dentro da esfera do interesse de Deus. Sua preocupação é primariamente universal e não individual. Antes de ser o Deus de Israel ele já era o Deus de todas as nações. E antes de ser o Deus da Igreja, Ele é o Senhor de tudo e de todos. (CARRICK, 2005, p.17-18).

2 OS FUNDAMENTOS BÍBLICOS E CONFSSIONAIS QUE JUSTIFICAM O DISCIPULADO DAS NAÇÕES

Tendo apresentado as nações como objeto direto do discipulado da Igreja, bem como o conceito bíblico e o processo de formação das nações, agora, compete observar quais são os fundamentos bíblicos e confessionais que justificam discipulado das nações.

2.1 ANTIGO TESTAMENTO²

A Bíblia trata do relacionamento entre Deus e a humanidade, e as nações são a esfera em que a humanidade existe (WRIGHT, 2012, p.475). Dessa forma, o Antigo Testamento está repleto de visões que vislumbravam o dia em que as nações seriam alcançadas pela verdade de Deus, as quais constituem-se em fortes justificativas para que hoje a Igreja neotestamentária cumpra o seu dever de discipular as nações conforme ordenado por Cristo.

2.1.1 A criação do mundo

O primeiro versículo da Bíblia, “No principio criou Deus os céus e a terra [...]” (Gn 1.1), destaca a amplitude da preocupação de Deus. O alvo e a preocupação de Deus sempre foram universais e não individuais e restritas. Logo, pode-se dizer que, o fato de Deus ter criado todas as coisas e ser o Senhor de todas elas, constitui-se como a base principal da comissão da Igreja. Portanto, se o alvo de Deus é o mundo inteiro, conseqüentemente esse deve ser também o alvo da Igreja. Portanto, quando Jesus disse a seus discípulos que indo, deveriam discipular as nações, ele se baseava no fato de que o mundo

² As citações bíblicas são da ARA (Almeida Revista e Atualizada), salvo quando for indicado o contrário.

todo, por ser sua criação, pertence por direito a Deus (CARRIKER, 1992, p.9).

2.1.2 A criação e a missão do homem

Carriker (1992, p. 9) observa que o fato da preocupação de Deus ser universal, confirma-se no relato da criação do ser humano e no propósito que Deus designou para o homem. Assim, conforme o relato de Gn 1.26-28:

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.

Em Gn 1.26-28, depois de criá-lo, Deus deu ao homem a missão de encher a terra com descendentes santos, e de dominá-la. Acerca dessa que pode ser chamada de a primeira grande comissão dada à humanidade, G.K.Beale, afirma:

Podemos nos referir a Gênesis 1.28 como a primeira “grande comissão” que foi dada à humanidade [...] Antes da Queda, Adão e Eva deviam gerar descendentes que enchessem a

terra com a glória de Deus refletida em cada um deles feitos à imagem de Deus. (BEALE, 2018, p.69).

E, em outro lugar, a respeito da função do homem de exercer domínio sobre a criação, ele diz:

[...] Gênesis 1.26 [também] declara especificamente que ele deveria “dominar” não apenas sobre os animais do Éden, mas também “sobre toda a terra”, e 1.28 afirma que ele deveria “sujeitar” toda a “terra”, tarefa esta que não se realizaria caso ficasse limitado ao jardim. Ele começaria a exercer domínio sobre o espaço arbóreo sagrado, em parte subjugando a Serpente, e depois, continuaria a cumprir o objetivo, movendo-se para fora e reinando até que seu domínio se estendesse sobre toda a terra. Isso significa que haveria uma fase de domínio mais intenso e um ponto culminante em que ele cumpriria o objetivo do domínio universal. (BEALE, 2018, p.52).

Para a execução dessa comissão, Deus deu ao homem todas as condições necessárias para que ele pudesse cumpri-la: a) Deus deu a maneira como deveria ser feita através do seu próprio exemplo nos seis dias da criação, ocasião em que Deus deu forma à terra (Gn 1.1-13) e a encheu (Gn 1.14-31), e; b) Deus abençoou e também deu autoridade ao homem no céu e na terra, a fim de que ele tivesse capacidades de cumprir a comissão (Gn 1.26-28).

O fato de Deus dar essa comissão ao homem mostra que o próprio Deus tinha um grande projeto missionário, e assim, mais uma vez revela o propósito universal de Deus de ter uma terra cheia da sua

glória. Por isso, a comissão do homem na verdade era e é, no final das contas, parte desse grande projeto de Deus. Logo, como bem observado por Christopher Wright, o próprio Deus tem uma missão, Deus tem um propósito e um alvo para toda a sua criação, e como parte dessa grande missão divina, Deus chamou à existência um povo para participar com ele na realização dela. Por isso, a comissão da Igreja não tem um fim em si mesma, mas procede da prévia missão de Deus, que é encher toda a terra da sua glória como as águas cobrem o mar (WRIGHT, 2012, p. 31).

2.1.3 O chamado de Abraão

O chamado de Deus a Abraão em Gn 12.1-3 também se constitui em um dos principais fundamentos bíblicos veterotestamentários para o discipulado das nações:

Ora, disse o Senhor a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da terra.

A promessa que Deus fez a Abraão é fundamental para a visão missionária do Novo Testamento (PIPER, 2012, p. 172). A primeira seção do livro de Gênesis, especificamente Gn 3-11, conta a história da criação do mundo e de como as nações foram formadas, mas que devido ao pecado, acabaram se distanciando de Deus. Entretanto, depois disso, especialmente a partir de Gênesis 12, ocorre uma reviravolta, pois Deus chama a Abrão, que mais tarde seria chamado de Abraão, e revela a estratégia que iria adotar em sua missão de

restaurar todas as nações: Deus promete fazer de Abraão uma grande e poderosa nação, por meio da qual todas as outras nações da terra seriam então abençoadas e alcançadas. “Benção”, palavra que aparece em destaque no chamado de Abraão, é um termo bíblico com ricas ressonâncias, significando especialmente a revogação da maldição do pecado e a restauração da plenitude da criação de Deus. Assim, o autor de Gênesis usa intencionalmente a palavra abençoar cinco vezes em Gn12.1-3, tendo como objetivo deixar claro que Deus quer alcançar as nações e reverter em Abraão os efeitos do pecado (GOHEEN, 2014, p.50). Referindo-se ao chamado de Abraão, Mathison afirma:

Já no ponto inicial na história da redenção, Deus anuncia com clareza o seu pacto inquebrantável que fluiria além dos limites da nação e das famílias de Israel. Deus revela que sua intenção é trazer salvação a todas as famílias da terra. Não importa o que mais possa estar envolvido na promessa, é evidente aqui que a expressão todas as famílias da terra não significa uma pequena parte das famílias da terra, nem um mero remanescente humano (MATHISON, 2014, p.34).

Diante disso, pode-se afirmar que o papel do povo de Deus, não somente naquele tempo, mas também nos dias de hoje, está claramente explícito no chamado de Abraão, a saber: O povo de Deus é escolhido em favor do mundo, em favor das nações. No que diz respeito a isso, Goheen declara:

No contexto do cenário universal das setenta nações, que representam todos os povos da terra separados de Deus e sujeitos ao seu julgamento (Gn10 e 11), Abrão é escolhido

precisamente para que a benção possa chegar a todas as nações, e todas aquelas setenta nações que Deus havia espalhado sobre a face da terra. (GOHEEN, 2014, p.48-49).

Quanto à importância do chamado de Abraão para o entendimento do alcance das nações, Christopher J. H. Wright escreve:

Gênesis 12.1-3 é essencial no primeiro livro da Bíblia: serve de intermédio entre a história dos onze capítulos que o precedem – que relatam as ações de Deus para com todas as nações (narrativa por vezes denominada “a história primeva”) – e as narrativas patriarcais que conduzem ao surgimento de Israel como nação distinta. Esses versículos são fundamentais para a Bíblia como um todo porque fazem exatamente o que Paulo diz – anunciam “o evangelho por antecipação”, isto é, declaram as boas novas de que, apesar de tudo o que lemos em Gênesis 1-11, o propósito supremo de Deus é abençoar a humanidade. E a história de como essa benção a todas as nações se concretizou é o assunto do restante da Bíblia, sendo Cristo o foco central. De fato, a visão que conclui o cânon bíblico, em que nos são apresentadas pessoas de todas as tribos, nações e línguas adorando ao Deus vivo (Ap 7.9,10), é um eco nítido da promessa de Gênesis 12.3 e que une o todo (WRIGHT, 2014, p.201).

Em vista disso, Abraão foi chamado precisamente para que a benção pudesse chegar a todas as nações que haviam se espalhado sobre a face da terra. Este era e sempre foi o propósito de Deus: A

eleição de um tinha por objetivo a salvação de “todos”. Segundo Piper:

“[...] o propósito de Deus para o mundo é que a bênção de Abraão, isto é, a salvação alcançada por meio de Jesus Cristo, a semente de Abraão, seria estendida a todos os grupos étnicos do mundo. Isso aconteceria à medida que cada grupo pusesse sua fé em Cristo e se tornasse, assim, “filhos de Abraão” (Gl 3.7) e herdeiros da promessa (Gl 3.29) (PIPER, 2012, p.173).

Portanto, é extremamente significativo que desde o início da história de Abraão, Deus tinha como alvo uma salvação universal³ e não apenas a salvação de uma nação específica. Isso deveria dar o real significado ao chamado de Abraão, o real significado para a escolha de Israel e, conseqüentemente o real significado da missão da Igreja neotestamentária, pois a comissão da Igreja só pode ser entendida quando colocada como parte desse grandioso plano completo pretendido pelo SENHOR como claramente explicito no chamado de Abraão (GOHEEN, 2014, p.49).

2.1.4 A escolha de Israel

Deus havia prometido a Abraão em Gn 12 que ele se tornaria uma grande nação para que todas as outras nações fossem abençoadas. Especialmente a partir do livro de Êxodo, tem-se então o relato da formação dessa grande nação, a nação de Israel, cujo propósito principal seria justamente servir de bênção para todas as outras nações da terra. O propósito de Israel de alcançar as nações deveria

³ Não no sentido que todos indistintamente serão salvos por Deus.

ser desempenhado de duas formas, a saber, atuando como um reino de sacerdotes e sendo uma nação santa.

2.1.4.1 Um reino de sacerdotes

Israel deveria cumprir essa função sacerdotal como um povo no meio dos povos, representando a Deus no mundo das nações e atuando como um mediador da presença de Deus para a comunidade, e isso por meio de uma vida obediente e temente ao Senhor (GOHEEN, 2014, p.58). No que concerne a isso, Goheen declara:

A vida do sacerdote não é para si mesmo, ele vive para levar bênção a Israel [...] Do mesmo modo, Deus havia prometido que a nação que viria de Abraão levaria bênção a todas as outras nações; também dessa maneira Israel deve cumprir uma função sacerdotal diante de seus vizinhos [...] Israel, como um reino de sacerdotes, vive em favor das nações; Israel deve ser totalmente consagrado ao serviço a Deus e a exibir, em sua vida coletiva, sua lealdade ao verdadeiro Deus e a vida de bênção que Deus tem em mente para todos (GOHEEN, 2014, p.59).

2.1.4.2 Uma nação santa

Além de ser um reino de sacerdotes, Israel também deveria ser uma nação santa, pois dessa forma, atrairia as outras nações. Como uma nação santa, Israel deveria viver diante do mundo como um modelo daquilo que Deus tem em mente para todas as outras nações. Os israelitas deveriam ser santos porque pertenciam a um Deus que também é santo (GOHEEN, 2014, p.59). Dessa maneira, Israel é

vista como instrumento de Deus para atingir seu objetivo maior, a saber, todas as nações da terra. Tanto no período dos patriarcas como no dos reis e dos profetas, embora o relato se centralize em um só povo, o propósito maior de Deus ainda continua o mesmo, o propósito permanece universal e busca alcançar todos os povos do mundo.

2.1.5 A promessa de alcance das nações presente nos salmos

A esperança e expectativa claramente notória no Antigo Testamento, especialmente no livro dos Salmos, é de que um dia, a verdade de Deus alcançará todas as nações do mundo, e que elas virão e adorarão o verdadeiro Deus. Tal expectativa montou o cenário para a grande Comissão dada por Jesus à Igreja e, portanto, constitui-se como mais um dos grandes fundamentos veterotestamentários para que as nações sejam discipuladas hoje (PIPER, 2012, p.174).

Piper destaca que essa expectativa da verdade de Deus alcançando as nações presente no livro dos salmos, pode ser muito bem dividida através de quatro grandes categorias. Ele as denomina de: exortações, promessas, orações e planos (PIPER, 2012, p.174-178). A categoria dos salmos de exortações trata-se dos salmos que apresentam exortações para que a glória do SENHOR seja declarada por todas as nações (cf. Sl 9.11; 47.1; 68.8; 96.3; 98.4; 105.1; 117.1). Na segunda categoria, promessas, estão incluídos os salmos que contêm um conjunto de promessas de que um dia as nações adorarão ao SENHOR (cf. Sl 22.27; 86.9; 102.15.,22).

Ainda dentro dessa categoria, também pode ser incluído o Salmo 2, um salmo de cunho messiânico, em que Deus promete ao seu rei ideal, que lhe entregaria as nações como herança. “Proclamarei o decreto do Senhor: Ele me disse: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei.

Pede-me, e eu te darei as nações por herança e as extremidades da terra por tua possessão” (Sl 2.7-8). O salmo 2 aponta diretamente para Cristo Jesus, que é justamente esse rei ideal, o qual depois de cumprir cabalmente o seu ministério de humilhação, ressuscitou vitorioso. Depois disso, como cumprimento então do salmo 2, Cristo recebeu de Deus, o Pai, autoridade sobre todas as nações da terra (cf. Mt 28.18), autoridade essa que hoje deve ser vindicada pela Igreja à medida que as nações são discipuladas. Comentando sobre o salmo 2, Mathison afirma:

O salmo 2 é um salmo de coroação, aludido e citado muitas vezes no NT em conexão com a pessoa e obra de Jesus Cristo (Mt 3.17; 17.5; At 13.33). As passagens do NT revelam que Jesus é a quem de fato o salmo se refere. As nações lhe são dadas como herança, as extremidades da terra como propriedade. Deve-se observar que o NT associa o cumprimento deste salmo à ressurreição de Cristo, e não à segunda vinda. Jesus Cristo já recebeu as nações como propriedade na exaltação – sua ressurreição, ascensão e o assentar-se à direita do trono (MATHISON, 2014, p.34).

A terceira categoria consta de salmos cujo conteúdo é composto por orações para que Deus seja louvado entre as nações. (Cf. Sl 67.1,2; 72.11,17). A quarta e última categoria, denominada de planos, anuncia os planos do salmista em fazer a sua parte, contribuindo para que a grandeza de Deus seja conhecida entre todas as nações (Cf. Sl 18.49; 57.9; 108.3).

Através dessas categorias, fica-se evidente de como o saltério está repleto de expectativas quanto ao alcance das nações pela verdade de Deus. Desse modo, nas palavras de Piper:

O que todos esses textos demonstram é que a bênção do perdão e da salvação, que Deus concedeu a Israel, foi eventualmente, significativa para alcançar todos os grupos de pessoas do mundo. Israel foi abençoado para ser uma bênção entre as nações. Isso é mais bem expresso no salmo 67.1,2: “Seja Deus gracioso para conosco, e nos abençoe, e faça resplandecer sobre nós o seu rosto [POR QUÊ?]; para que se conheça na terra o teu caminho e, em todas as nações, a tua salvação” (PIPER, 2012, p.178).

2.1.6 A promessa de alcance das nações presente nos profetas

Além do saltério, os livros de cunho profético também estão repletos de promessas de que um dia as nações seriam alcançadas pela verdade de Deus. Nesse dia, elas temeriam e adorariam ao Senhor. Abaixo, segue uma análise dessas promessas contidas nos livros dos profetas Isaías e Daniel, com especial destaque para Is2:2,3; 52:13,14, e Dn 2; 7:13-14.

2.1.6.1 Isaías 2.2-3

A porção de Is 2.2,3 é muito significativa para o entendimento da grande comissão da Igreja. Segundo o profeta Isaías:

Nos últimos dias, acontecerá que o monte da Casa do Senhor será estabelecido no cimo dos montes e se elevará sobre os outeiros, e para ele afluirão todos os povos. Irão muitas nações e dirão: Vinde, e subamos ao monte do Senhor

e à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine os seus caminhos, e andemos pelas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e a palavra do Senhor, de Jerusalém.

A mensagem do profeta Isaías foi dirigida especialmente para Judá. Porém, nessa narrativa, ele olha para o dia em que a salvação de Deus será não apenas para Israel, mas para todas as nações da terra (BARRY, 2016, n.p). Esse dia começou especialmente na ressurreição, ascensão de Cristo e consequentemente no estabelecimento da Igreja no século I com o derramamento do Espírito Santo sobre a Igreja.

É consenso entre os principais teólogos que a expressão “Nos últimos dias” refere-se justamente ao intervalo entre a primeira e a segunda vinda de Cristo. É o que afirma John Oswalt, quando destaca que essa expressão está relacionada ao período da Igreja neotestamentária, ocasião em que as nações afluem para Sião com o fim de aprenderem a palavra de Deus (OSWALT, 2011, p.153).

Isaías afirma que nesse período (“nos últimos dias”), o monte da casa do Senhor seria estabelecido e sobrepujaria todos os outros montes. Com essa afirmação, Isaías queria dizer que chegaria o dia em que se evidenciaria que a religião de Israel, obviamente do verdadeiro Israel de Deus, é a verdadeira religião, e que o seu Deus é o único Deus (OSWALT, 2011, p.153). Além disso, esse é também o tempo em que, em virtude da evidenciação da verdadeira religião estabelecida por Cristo, as nações subirão ao monte da casa do SENHOR, para que sejam ensinadas acerca dos caminhos de Deus. Essa porção de Isaías é extremamente significativa e ecoa fortemente na grande comissão da Igreja, pois uma das maneiras da Igreja discipular as nações, é exatamente ensinando as nações a guardar tudo o que Jesus ordenou. Ou seja, o papel de ensinar as nações a

andarem nos caminhos do SENHOR conhecendo a verdadeira religião, conforme enfatizado por Isaías, é da Igreja.

2.1.6.2 Isaías 52.13-15

Se por um lado, Is 2.2-3 enfatiza o ensino das nações, que afluíram para o monte da casa do SENHOR para serem ensinadas acerca dos seus caminhos, por outro lado, Is 52.13-15 tem uma forte relação com o batismo ou a purificação das nações, que é a outra forma através da qual as nações devem ser disciplinadas. Nessa porção de Isaías, conforme a tradução da ARC, pode-se ler o seguinte:

Eis que o meu servo operará com prudência; será engrandecido, e elevado, e mui sublime. Como pasmaram muitos à vista dele, pois a sua aparência estava tão desfigurada, mais do que o de outro qualquer, e a sua figura, mais do que a dos outros filhos dos homens. Assim, borrifará muitas nações, e os reis fecharão a boca por causa dele, porque aquilo que não lhes foi anunciado verão, e aquilo que eles não ouviram entenderão.

Essa é uma narrativa que pode ser claramente aplicada à obra vicária de Cristo. Pois conforme Isaías, como resultado da obra do servo do SENHOR (Is 52.13-14), ele “[...] borrifará muitas nações” (Is 52.15) A Bíblia Almeida Revista e Atualizada, traduz o verbo hebraico הִרִיף (*yāḥ·zēb*) como admiração e não como borrifar ou aspergir como é feito pela Revista e Corrigida. Entretanto, esse é um termo que significa borrifar, aspergir ou lavar, sendo inclusive traduzido com esse sentido em todos os outros lugares no Antigo Testamento em que o termo aparece. Portanto, o significado universal da palavra no Antigo Testamento é aspergir e não admirar.

Para Albert Barnes, o termo aspergir ou borrifar em Is 52.15, “[...] é adequadamente aplicável ao ato de aspersion de sangue ou água; passando assim a ser usado no sentido de purificação pelo sangue que faz expiação pelo pecado, ou de purificação pela água como um emblema de purificação” (BARNES, n.p). Assim sendo, as nações são aspergidas pela aplicação do sangue de Cristo às consciências dos homens, e pela ordenança do batismo, que ele institui exatamente na grande comissão (Mt 28.19,20), como o sinal e selo de admissão das nações em seu reino (CLARKE, n.p).

2.1.6.3 Daniel 2

O capítulo 2 do livro de Daniel, narra a história de um dos sonhos do rei Nabucodonosor, e também da interpretação desse sonho dada pelo profeta Daniel. Dos versos 31-33, a narrativa descreve que Nabucodonosor vê em seu sonho uma grande estátua composta por ouro, prata, bronze, ferro e barro.

Tu, ó rei, estavas vendo, e eis aqui uma grande estátua; esta, que era imensa e de extraordinário esplendor, estava em pé diante de ti; e a sua aparência era terrível. A cabeça era de fino ouro, o peito e os braços, de prata, o ventre e os quadris, de bronze; as pernas, de ferro, os pés, em parte, de ferro, em parte, de barro.

Na sequência, dos versos 34-35, essa estátua é golpeada e destruída por uma pequena pedra cortada sem o auxílio de mãos, que depois se torna uma grande montanha que enche toda a terra.

Quando estavas olhando, uma pedra foi cortada sem auxílio de mãos, feriu a estátua

nos pés de ferro e de barro e os esmiuçou. Então, foi juntamente esmiuçado o ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro, os quais se fizeram como a palha das eiras no estio, e o vento os levou, e deles não se viram mais vestígios. Mas a pedra que feriu a estátua se tornou em grande montanha, que encheu toda a terra.

A interpretação do sonho é dada por Daniel dos versos 36-45, quando Daniel afirma que a enorme estátua representava quatro reinos, que, no consenso da maioria dos teólogos, representavam o Império Babilônico, o Império Medo-Persa, o Império Grego e o Império Romano. Quanto à pedra cortada sem auxílio de mãos, se trata de uma representação do reino messiânico de Jesus, o Filho de Deus, reino esse que seria e foi estabelecido no período do último Império, ou seja, no período do Império Romano. Depois disso, essa pedra cresce até o ponto de se tornar uma grande montanha que encherá toda a terra.

Segundo Mathison, “o reino messiânico começa com uma pedra, mas não permanece assim, e não é esmagado em pedregulhos. A pedra cresce até se tornar uma montanha que enche a terra” (MATHISON, 2014, p.38). Tal aspecto é por demais significativo e constitui-se como um forte fundamento bíblico do Antigo Testamento para que a Igreja cumpra o seu dever de discipular as nações, pois é na medida em que a Igreja cumpre o seu papel que a profecia de Daniel se cumpre e o Reino de Cristo cresce para encher toda a terra. Dessa forma, o reino de Cristo começou a ter a sua realização nos primeiros tempos da Igreja, e assim, a partir de pequenos começos, aumentou e continuará aumentando mais e mais, até que finalmente toda a terra esteja sujeita ao Reino de Cristo. (GILL, n.p). Como bem enfatizado por Matthew Henry: “[...] as eras

futuras testemunharão esta Pedra destruindo a imagem e enchendo toda a terra” (HENRY, n.p).

2.1.6.4 Daniel 7.13-14

Outra porção extremante importante do Antigo Testamento, a qual também se constitui como um dos fundamentos veterotestamentários para o discipulado das nações, é a visão que Daniel tem do Filho do Homem recebendo poder e domínio para que todas as nações o servissem:

Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do Homem, e dirigiu-se ao Ancião de Dias, e o fizeram chegar até ele. Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído.

É bem provável que a visão de Daniel seja uma referência à ascensão de Cristo, ocasião em que Cristo recebe de *Deus, o Pai*, o domínio, a glória, e o reino. A visão de Daniel tem uma conexão direta com a Grande Comissão, pois ao afirmar que toda autoridade foi lhe dada no céu e na terra, possivelmente Cristo esteja fazendo alusão justamente a essa visão de Daniel. Entretanto, a finalidade desse domínio dado a ele como destacado pelo próprio Daniel foi para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem, e isso acontece ao passo que a Igreja cumpre a ordem para discipular às nações por meio do batismo e do ensino.

2.2 NOVO TESTAMENTO

Assim como o Antigo, o Novo Testamento está repleto de sólidos fundamentos para que a Igreja cumpra a sua missão de discipular as nações.

2.2.1 As garantias dadas por Cristo em Mateus 28.16-20

O ministério terreno de Jesus havia sido inaugurado por um movimento que se caracteriza por possuir uma dupla dimensão: tinha como objetivo a restauração de Israel, bem como reunir as nações e inseri-las no novo povo messiânico de Deus (WRIGHT, 2014, p.531). Assim, Cristo deu à Igreja a tarefa de ir às nações a fim de que elas fossem discipuladas e inseridas no reino de Cristo. E para o cumprimento de tal comissão, Jesus dá aos seus discípulos duas garantias fundamentais de que a Igreja obteria sucesso no cumprimento da comissão: a sua autoridade nos céus e na terra, e a sua presença com a Igreja até a consumação do século.

2.2.1.1 A autoridade de Cristo

A primeira garantia dada por Cristo reside na sua autoridade. “Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”(Mt 28.18). *Deus, o Pai*, estabeleceu a Jesus como o grande Rei detentor de toda autoridade, cumprindo dessa forma todas as promessas do Antigo Testamento referentes ao Rei vindouro. Desse modo, depois de sua obra vicária, Cristo foi exaltado sobremaneira, passando então a exercer toda essa autoridade recebida pelo Pai através do governo do mundo inteiro, até que todos os seus inimigos fossem derrotados e colocados debaixo de seus pés (Sl 110.1; 1Co 15.25). Portanto, como súditos do Senhor do universo, a Igreja deveria e deve ir reivindicar as nações ao seu grande Rei, na certeza de que cumprirá a grande comissão, pois aquele que a

incumbiu para a comissão é detentor de toda autoridade no céu e na terra.

2.2.1.2 A presença de Cristo

Outra garantia fundamental dada por Cristo reside na promessa de que a Igreja não estaria sozinha em sua tarefa de discipular as nações. Jesus promete que estaria com a Igreja todos os dias, até à consumação do século. “E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”(Mt28.20). Ao usar a expressão “estou convosco”no final de seu Evangelho, Mateus propositalmente faz uma ligação com o que ele já havia dito em Mt 1.23, “Ele se chamará Emanuel (que quer dizer: Deus conosco)”. Com isso, o objetivo de Mateus é mostrar que esse Jesus que promete sua presença com a Igreja na Grande Comissão de discipular todas as nações, é na verdade o próprio Deus. Logo, o próprio Deus iria com eles nessa missão, pois no final das contas a grande comissão faz parte da grande Missão de Deus, que é encher toda a terra com a sua glória. Por isso, o Senhor estaria com eles não apenas uma vez, mas, todos os dias e eternamente.

2.2.2 O cumprimento da Grande Comissão pela igreja primitiva em atos

O livro de Atos dos apóstolos mostra a Igreja atravessando as fronteiras que separavam os judeus dos gentios para compartilhar com estes as boas novas do Evangelho e assim cumprir a comissão dada por Cristo (WRIGHT, 2014, p.531). Assim, depois da descida do Espírito Santo, eles deveriam testemunhar a respeito de Cristo “[...] tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1.8).

Com a descida do Espírito Santo (At 2.1-4), a Igreja recebeu poder para estender o reino de Deus na terra através do discipulado das nações. E ao longo de todo o livro de Atos, Lucas revela que é exatamente isso que acontece: em pouquíssimo tempo, a Igreja havia crescido para além do grupo original de judeus convertidos ao cristianismo, tendo passado a incluir judeus helenizados, samaritanos, depois gregos, depois pessoas de muitos grupos étnicos da Ásia Menor, vindo finalmente a fincar raiz na própria cidade cosmopolita de Roma (Cf. At 2.47; At 6.7; 9.31; 12.24; 16.5; 19.20). Dessa forma, Lucas mostra em seu livro a ordem de Cristo sendo cumprida com as nações sendo discipuladas e consequentemente sendo incluídas no reino de Cristo (WRIGHT, 2014, p.531).

Portanto, os eventos que formam a história narrada por Lucas, que vai de João Batista até o Apóstolo Paulo, tratam-se da culminação e do fim da história de Israel no Antigo Testamento, quando o propósito de Deus para o qual o Senhor criou Israel torna-se realidade por meio da comissão da Igreja – abençoar todas as nações da terra (WRIGHT, 2014, p.539).

2.2.3 A teologia paulina e as nações

Segundo Christopher Wright, a teologia paulina está repleta do entendimento de como a obra de Deus, em Cristo, havia agora aberto o caminho para que as nações viessem à obediência da fé. Em razão disso, Wright (2014, p.347-355) destaca quatro fatores na teologia paulina que atestam o fato de que o pensamento de Paulo era moldado por essa verdade: a) as nações estão vendo o que Deus realizou; b) as nações estão se beneficiando do que Deus realizou; c) as nações estão sendo reunidas em Cristo e; d) as nações estão compartilhando a mesma identidade de Israel.

2.2.3.1 As nações estão vendo o que Deus realizou

Um dos temas mais importantes do Antigo Testamento é o testemunho das nações de tudo o que Deus fez em Israel. Dessa forma, o Apóstolo Paulo atribui grande importância em sua teologia ao fato de que os acontecimentos relacionados à obra de Cristo, ou seja, vida, morte e ressurreição de Jesus, não aconteceram de forma oculta ou obscura, mas sim publicamente. Em At 26.26, Paulo diz ao rei Agripa: “Porque tudo isto é do conhecimento do rei [...]”; já em Tessalonicenses 1.8, “Porque de vós repercutiu a palavra do Senhor não só na Macedônia e Acaia, mas também por toda parte se divulgou a vossa fé para com Deus, a tal ponto de não termos necessidade de acrescentar coisa alguma”; e também em Cl 1.5-6,23, “[...] por causa da esperança que vos está preservada nos céus, da qual antes ouvistes pela palavra da verdade do evangelho, que chegou até vós; como também, em todo o mundo [...] não vos deixando afastar da esperança do evangelho que ouvistes e que foi pregado a toda criatura debaixo do céu, e do qual eu, Paulo, me tornei ministro”. Portanto, para Paulo, a propagação do Evangelho exprimia o mesmo tipo de visibilidade universal dos atos do SENHOR encontrados no Antigo Testamento (WRIGHT, 2014, p. 548).

2.2.3.2 As nações estão se beneficiando do que Deus realizou

A narrativa de At 13.48, mostra que depois do Apóstolo pregar o Evangelho aos gentios, “[...] ouvindo isto [os gentios], regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor [...]”. Ou seja, as nações estavam se beneficiando com as bênçãos que Deus trouxera a Israel. Em especial, o Apóstolo Paulo associa o cumprimento da promessa a Abraão em Cristo Jesus, com os benefícios que agora haviam alcançado todas as nações (WRIGHT, 2014, p.548). Por isso, ele diz em Gl 3.13,14 que: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar [...] para que a bênção de

Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo [...]”. Assim, conforme Ef 2.17,19, os gentios também se tornaram membros da família de Deus:

E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto; porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus [...].

Portanto, todos os maravilhosos benefícios de Israel, agora pertencem também às nações (WRIGHT, 2014, p.549).

2.2.3.3 As nações estão sendo reunidas em Cristo

O profeta Isaías no capítulo 2 de seu livro, fala acerca de um período no futuro em que aconteceria um movimento das nações subindo até ao monte da casa do SENHOR, a casa do Deus de Jacó, para que aprendessem sobre os caminhos de Deus. Ainda que a tarefa da Igreja neotestamentária seja ir até às nações para que elas sejam discipuladas como Cristo ordenou, o propósito para tal missão visa o ajuntamento delas para que as nações sejam inseridas no reino de Cristo. Porém, esse ajuntamento não significa que as nações serão trazidas para Jerusalém, a um templo físico ou até mesmo a Israel como nação, mas sim a Cristo, como o centro de todas as coisas (WRIGHT, 2014, p.548-549). É por essa razão que o apóstolo Paulo fala a respeito desse ajuntamento em Ef 2.11,13, destacando a reunião e aproximação daqueles que estavam longe e afastados da comunidade de Israel em Cristo Jesus, para que sejam um só corpo:

Portanto, lembrai-vos de que, outrora, vós, gentios na carne, chamados incircuncisão por

aqueles que se intitulam circuncisos, na carne, por mãos humanas, naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo. Mas, agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo.

Assim sendo, o apóstolo Paulo enxergava a comissão da Igreja fundamentada na seguinte premissa: trazer todas as nações ao conhecimento pela fé no único Deus vivo e verdadeiro, bem como à obediência a palavra dele (WRIGHT, 2014, p.553).

2.2.3.4 As nações estão compartilhando a mesma identidade de Israel

Em Gl 3.28,29, Paulo afirma que “[...] não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus. E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa”. Isso significa que por não existir mais diferença entre Judeus e Gentios, pois todos estão unidos em Cristo Jesus, ambos fazem parte da nova humanidade em Cristo. Por consequência disso, as nações reunidas a Cristo compartilham a mesma identidade de Israel como povo de Deus, e juntos, constituem-se como o verdadeiro Israel de Deus (WRIGHT, 2014, p.554-55).

2.3 FUNDAMENTOS CONFSSIONAIS

Depois de analisar os fundamentos bíblicos para o discipulado das nações, compete agora observar os fundamentos confessionais, tendo esta pesquisa se limitado aos Símbolos de Fé de Westminster.

A confissão de Fé de Westminster não possui um capítulo específico sobre missões. O contexto em que viviam os integrantes do concílio que elaborou os Símbolos de Fé Westminster talvez justifique essa ausência. Aquele era um período em que os reformadores ainda travavam intensas batalhas contra o catolicismo. Por isso, as lutas eram para que uma Igreja verdadeiramente reformada se firmasse de uma vez por todas na Inglaterra. Assim, dado o foco e a preocupação especialmente com questões relacionadas à doutrina, culto e governo eclesiástico das Igrejas da Inglaterra, um capítulo específico sobre missões e alcance de outros povos, no entendimento dos puritanos, ainda que muito importante, talvez não fosse tão necessário ou urgente naquele contexto em que se lutava para o estabelecimento de uma Igreja com doutrinas reformadas. Todavia, apesar dos Símbolos de fé de Westminster não possuírem um capítulo específico a respeito desse assunto, o incentivo à obra missionária e, conseqüentemente, ao discipulado das nações, pode ser inferido em diversos trechos dos Símbolos de Fé.

2.3.1 Incentivo à pregação da palavra para o arrependimento e conversão dos pecadores

A CFW, no capítulo XV, seção I, afirma que: “O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, doutrina esta que deve ser pregada por todo ministro do Evangelho, tanto quanto a da fé em Cristo”, e no capítulo XVII, seção VI, enfatiza que o pacto da graça é dispensado a todas as nações através da pregação da palavra (ensino) e administração dos sacramentos (batismo e ceia):

[...] o pacto [da graça] é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, **a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios**[...] as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e

a administração dos sacramentos [...]. (**Grifo nosso**).

2.3.2 Incentivo à tradução das Escrituras nas línguas das nações

Ainda no capítulo I, seção VIII, a Confissão, recomenda a tradução das escrituras nas línguas vulgares das nações: “[...] Não sendo as línguas originais da Bíblia (Hebraico e Grego) conhecidas por todo o povo de Deus [...] esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem”.

2.3.3 Incentivo à oração para que o Evangelho alcance todas as nações

A pergunta 191 do BCW, tratando a respeito das petições da oração dominical, levanta o seguinte questionamento a respeito da segunda petição: Que pedimos na segunda petição? E como resposta afirma que a Igreja deve orar para que o domínio do mal seja destruído e que o Evangelho seja propagado por todo mundo, alcançando as nações e enchendo toda a terra da glória do Senhor:

Na segunda petição, que é: “Venha o teu reino” reconhecendo que nós e todos os homens estamos, por natureza, sob o domínio do pecado e de Satanás -, pedimos que o domínio do mal seja destruído, o Evangelho seja propagado por todo o mundo, os judeus chamados, e a plenitude dos gentios seja consumada [...].

Dessa maneira, as Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, bem como os Símbolos de Fé de Westminster, apresentam grandes

fundamentos para que a Igreja cumpra o mandato dado por Cristo para discipular as nações.

Portanto, a Grande Comissão é uma ordem de Cristo para a Igreja marchar para tornar as nações discípulas de Cristo. Cristo não quis dizer que a Igreja deveria apenas compartilhar o Evangelho com algumas poucas pessoas de cada nação, mas deu um mandato claro de que a Igreja deve discipular todas às nações (RAYMUNDO, 2018, p.125).

3 IMPLICAÇÕES DO ENTENDIMENTO CORRETO DA COMISSÃO PARA A IGREJA

Neste capítulo serão apontadas as implicações que o entendimento correto do significado da Grande Comissão tem para a Igreja. Em face da natureza não exaustiva desta pesquisa, serão apontadas apenas duas, mas importantes implicações. O entendimento correto da comissão contribuirá para: (1) Restaurar a perspectiva universal da Comissão da Igreja; (2) Mostrar que a Igreja como corpo é responsável pelo cumprimento da Comissão.

3.1 RESTAURAR A PERSPECTIVA UNIVERSAL DA MISSÃO DA IGREJA

A perda da perspectiva universal da missão da Igreja tem levado o cristianismo atual a enfrentar dois grandes problemas:

3.1.1 Limitação da fé Cristã

Existe uma tendência atual dos cristãos individualizarem e limitarem a fé cristã, concentrando-se em apenas um ou outro aspecto das boas novas do Evangelho em detrimento de outros. O exemplo mais claro disso é o foco quase que total da fé cristã apenas na conversão de indivíduos.

Embora não exista nenhuma nação cristã sem a conversão de indivíduos, pois uma nação é necessariamente composta por um grupo de indivíduos, não significa que uma nação foi discipulada apenas pela conversão porque um ou outro indivíduo pertencente a ela foi convertido, ou apenas pelo simples anúncio do Evangelho em determinado local. Falando acerca disso, Gentry (2016, n.p) afirma que Cristo:

[...] não nos envia [ao mundo] para arrancar do fogo um sujeito aqui e outro ali (embora devamos pregar o evangelho a indivíduos). Nem nos deixa no mundo para meramente "testemunhar" contra toda oposição (embora sem dúvida devamos testemunhar durante todo o tempo enquanto buscamos nosso objetivo). Antes, ele nos comissiona para trazer "todas as nações" do mundo sob o seu discipulado.

Em relação a essa ideia limitada de se entender o objetivo da fé cristã e que está fortemente presente na mente da maioria dos cristãos hoje, César Francisco Raymundo (2018, p.125) escreve:

A grande maioria dos evangélicos veem a Grande Comissão apenas como uma tentativa para salvar alguns pecadores antes do retorno de Cristo. Embora no cumprimento da Grande Comissão os pecadores são salvos, há muito mais que envolve esse mandamento de Cristo. A salvação é apenas o ponto de partida, pois é a porta de entrada para um bom relacionamento com Deus através de Jesus Cristo. Como resultado, os povos das nações tornam-se filhos de Deus. Este novo relacionamento de Pai para filho deve crescer gradualmente até que todas as nações sejam alcançadas.

Ao contrário da forma míope de muitos enxergarem a comissão, como foi demonstrado nesta pesquisa, com vistas a uma terra cheia da sua glória, Deus tem como propósito algo muito maior e mais glorioso do que salvar indivíduos do inferno. Ele não apenas deseja,

mas também está restaurando toda a sua criação, pois o seu propósito é que toda terra se encha da sua glória. Logo, por fazerem parte da criação de Deus, as nações também devem ser restauradas e levadas cativas à obediência de Cristo por meio do discipulado. Acerca disso, Johannes Verkuyl escreve:

A cruz e a ressurreição de Jesus são a base para a missão de alcance mundial. Por essa razão, entremeadas pelos relatos de sua cruz e da ressurreição está à ordem de levar a mensagem a todos os povos. Essa missão só será cumprida quando tiver entrado a plenitude dos gentios e o Reino de Deus se tiver manifestado em sua plenitude. (VERKUYL, 2009, p.79).

Esse parece ser claramente o entendimento do apóstolo Paulo quando em Rm 16.25-27 declara:

Ora, àquele que tem poder para confirmá-los pelo meu evangelho e pela proclamação de Jesus Cristo, de acordo com a revelação do mistério oculto nos tempos passados, mas agora revelado e dado a conhecer pelas Escrituras proféticas por ordem do Deus eterno, **para que todas as nações venham a crer nele e a obedecer-lhe**, ao único Deus sábio seja dada glória para todo o sempre, por meio de Jesus Cristo. Amém!(**Grifo nosso**)⁴

Comentando a respeito dessas palavras do apóstolo Paulo, Christopher Wirght afirma:

⁴Segundo a tradução Nova Versão Internacional da Bíblia.

Paulo nos diz isso numa frase que surge no início e ressurgue no final de sua maior carta. Ele afirma que seu chamado para apóstolo era feito “para [realizar] a obediência da fé, [a todas as nações], por amor ao nome de Cristo (Rm 1.5; repetido em 16.26). Essa é uma ambição que ressoa com os fortes ecos de Abraão, o personagem do Antigo Testamento que, por excelência, foi o modelo de fé e de obediência, conforme Paulo, Tiago e o autor de Hebreus testemunham. O horizonte de “todas as nações” remonta à promessa de Deus feita a Abraão de que, por meio deste, todas as nações da terra seriam abençoadas. Desse modo, Paulo está indicando, através dessa frase proeminentemente colocada, que o serviço do evangelho de toda a sua vida era produzir comunidades sócias de Abraão em todas as nações, e não só naquela que descendia de Abraão. Trata-se de uma meta ambiciosa, com certeza, mas profundamente arraigada em sua leitura da missão de Deus, conforme foi expresso na promessa feita a Abraão. Mas há algo mais profundo aqui. Paulo não queria apenas dizer que Abraão era um ótimo exemplo que ele poderia utilizar para ilustrar a doutrina da justificação, a qual ele estava para expor no restante da carta. A promessa de Deus a Abraão não era simplesmente uma ilustração ao acaso sobre outro fato qualquer. Ela era o próprio fato - a própria agenda de Deus para salvar o mundo. A promessa de Deus a Abraão, resumindo, era

o evangelho. De fato, as boas-novas.(2012, p. 76)

E, em outro lugar, comentando a afirmação de Paulo em Cl 1.19,20, de que em Cristo, aprouve Deus, reconciliar consigo mesmo, “[...] todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus”, diz:

A visão que Paulo tem do evangelho é tão ampla quanto a da própria criação. Isso se dá porque sua compreensão da cruz inclui toda a criação na obra reconciliatória de Cristo. Nossa missão é fundada sobre o evangelho e precisa refletir a altura, a largura e a profundidade do evangelho. Logo, se a cruz de Cristo é uma boa-nova para toda a criação, nossa missão deve incluir ser e trazer uma boa-nova para toda a criação. (2012, p. 73)

Finalmente, a mentalidade do próprio Jesus também parece refletir isso claramente ao ordenar, “[...] discipulai as nações [...]” (Mt 28.19); e quando disse, “[...] toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra”. (At 1.8). Portanto, como bem sintetizado por Stephen C. Perks:

O propósito da fé cristã não consiste apenas em transformar a vida pessoal do crente e torna-la mais santa. Consiste em glorificar a Deus pela transformação do mundo, ao passo que o mundo é colocado sob a autoridade de Jesus e sua palavra [...] se quisermos ganhar o mundo para Cristo, teremos de levar a Grande Comissão a sério como mandamento para colocar as nações da terra sob a autoridade de Jesus Cristo, não só pela pregação do

evangelho da salvação pessoal por meio da fé em Cristo, mas, também do discipulado, batismo e ensino da lei de Deus às nações. (2015, p.50-51)

3.1.2 Excessivo zelo denominacional

Além da limitação da fé cristã, tem havido também o que pode ser chamado de excessivo zelo denominacional. Isso tem feito com que muitas denominações cristãs estejam preocupadas mais em angariar “sócios” à sua instituição, prometendo em troca disso uma série de benefícios, do que se desgastar para verdadeiramente expandir o reino de Cristo. Conseqüentemente, é como se as denominações evangélicas, no lugar de estarem unidas pela causa do reino de Cristo, disputassem entre si a adesão de associados, fazendo da Igreja apenas uma espécie de clube atrativo para os homens. Diante disso, é por demais relevante à observação feita por Kevin Bradford quando afirma:

Observamos que, em geral, são as necessidades internas da própria igreja que acabam por se tornar seu foco principal. Os pedidos de oração tratam dos interesses daqueles que já são membros. O orçamento da igreja é destinado de forma prioritária, ou até exclusiva, à manutenção da liderança da igreja e do local das reuniões. Até mesmo o calendário de atividades reserva pouco tempo para o envolvimento com não cristãos. De certo modo, esse tipo de igreja representa pouco mais que um clube cristão, e, infelizmente, sua influência nunca se faz sentir além das portas do templo. Contudo, a igreja que de fato se

reúne em nome do Senhor também é uma igreja que transcende seus portões. Ela não se mantém centrada apenas em si mesma. Deus a convoca para causar impacto tanto em sua comunidade quanto no mundo ao seu redor. (BRADFORD, 2009, p. 746-747)

Compartilhando do mesmo pensamento de Bradford, Oswaldo Filho escreve:

A visão missionária de nossas igrejas mostra-se, na maioria das vezes, limitada a ela mesma, especialmente à sua estrutura. Ainda é estranho para muitos pastores e líderes falar em “povos da terra” [...] Nossa compreensão bíblico-teológica, na maioria das vezes, é por demais estreita e reducionista, a ponto de não termos ideia de quantos são os povos que habitam em solo brasileiro. Se avançarmos um pouco mais, na direção de outras nações, o resultado será catastrófico. Por quê? Falta-nos uma visão bíblica adequada de um Deus que decididamente não se limita a nós, tampouco à igreja local, muito menos a alguma estrutura denominacional. Ele é um Deus cósmico, o Criador de todas as coisas. Portanto, elaborou um projeto de redenção que abrange todos os povos da terra. (FILHO, 2009, p.647).

Em vista de tudo isso, um entendimento correto do significado bíblico da Grande Comissão, contribuirá para que a Igreja recupere a perspectiva universal da missão que lhe foi delegada por Cristo, não limitando a fé cristã e não se preocupando apenas com as quatro paredes do seu prédio ou com aspectos denominacionais, pois a

Comissão está inserida dentro de um propósito muito maior que foi arquitetado pelo próprio Deus e que visa a sua glória. Como resultado, a Igreja não medirá esforços no que concerne a sua responsabilidade e trabalhará para que grupos inteiros de pessoas ou etnias sejam alcançados pelo evangelho, e assim, a Grande Comissão da Igreja será finalmente cumprida.

3.2 MOSTRAR QUE A IGREJA COMO CORPO É RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DA COMISSÃO

Outro entendimento errôneo em grande parte dos cristãos atualmente é a ideia de que somente os pastores e missionários, envolvidos com a “obra do reino” em tempo integral, são os responsáveis pelo cumprimento da Grande Comissão, enquanto que os demais cristãos precisam se envolver no máximo com algumas poucas atividades dentro das quatro paredes da Igreja. Entretanto, mesmo que o discipulado através do ensino da palavra e do batismo seja algo inerente ao ofício dos ministros do Evangelho, ainda assim, a Grande Comissão foi delegada por Cristo a toda Igreja como corpo. Logo, a responsabilidade do seu cumprimento recai sobre toda a Igreja e não em alguns poucos indivíduos, o que implica no fato de que os Cristãos devem estar cientes de que por fazerem parte da Igreja, não podem se isentar da responsabilidade de contribuir para a expansão do Reino de Cristo em toda a terra. Wright observa que para grande parte dos evangélicos:

[...] missão é algo que alguns cristãos especialmente comissionados fazem em tempo integral, se puderem ter “sustento” suficiente para isso, ou algo que os outros cristãos (a grande maioria) fazem em momentos ocasionais que eles têm para se distrair da

necessidade de ter que trabalhar para ganhar a vida. (2012, p.34)

Diante disso, o entendimento de que cada cristão tem responsabilidade no cumprimento da Comissão, deve influenciar significativamente tanto a visão do Cristão no que concerne sua vida pessoal, quanto a da Igreja como um todo.

3.2.1 Influência no aspecto pessoal

Se um cristão acredita verdadeiramente que Cristo veio a esta terra com o objetivo de destruir as obras do diabo, de estabelecer o governo do seu Reino em toda a terra até que elaseja finalmente cheia da sua glória, e ainda que Cristo após ressuscitar vitorioso recebeu do Pai toda a autoridade não apenas no céu, mas também na terra,então, cada cristão deve ter a consciência de que todos os aspectos de suas vidas (trabalho, estudo, relacionamentos interpessoais, etc.) pertencem a Cristo. Por essa razão, cada cristão deve viver como sal e luz nesse mundo, e isso de um modo tal, que o seu testemunho a respeito de Cristo seja claramente reconhecido pelas pessoas ao seu redor. Como bem enfatizou Jesus: “Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus”. (Mt 5:16).

Goheen observa que a pouca relevância que o Evangelho parece ter em nossos dias na vida cotidiana de muitos cristãos leva à grande necessidade da Igreja adotar o que ele chama de Evangelismo orgânico. Isso quer dizer que os cristãos devem entender que o Evangelho deve ser vivido de uma maneira abrangente e relevante para a vida como um todo. Portanto, se os cristãos passarem a enxergar o Evangelho deveras relacionado com o todo de suas vidas tanto nas mais importantes questões públicas como nos aspectos da vida privada que parecem menos relevantes, então, o Evangelho

naturalmente fará parte da caminhada diária de cada crente em Cristo Jesus e assim será manifestado naturalmente em suas ações e fluirá naturalmente para suas bocas. (GOHEEN, 2014, p.256-257). Vivendo dessa forma e com essa visão holística do Evangelho, cada cristão individualmente, através do seu testemunho, nas ações e nas palavras, estará contribuindo em determinada medida para o avanço do reino do seu Senhor no mundo.

3.2.2 Influência na Igreja como um todo

Falando a respeito da missão delegada por Cristo e que deve ser cumprida por toda a Igreja, Goheen escreve:

Deus, por meio de seu chamado, dá sentido e direção às pessoas: ele as incube de viver para a sua glória e de participar na sua obra redentora. Ele lhes dá uma tarefa como seus parceiros na aliança: mediar sua bênção para as nações. Conseqüentemente, a vida do povo de Deus é, desde o início, dirigida para fora em favor do mundo. Deus age em seu povo e por meio dele a fim de restaurar as bênçãos de sua boa criação para pessoas de todas as nações e, finalmente para toda a criação. A igreja é o lugar da obra de renovação divina, e seu povo é o primeiro a experimentar a salvação divina – mas não exclusivamente para si mesmo. A igreja é chamada a ser agente ou instrumento de redenção no mundo e em favor do mundo, escolhida a fim de convidar outros para a bênção da aliança que ela experimenta. Os cristãos são um povo “venha e junte-se a nós”

cuja própria vida aponta para a culminação da história. (2014,p.230-231)

Desse modo, contrário a essa perspectiva errônea de que só um grupo específico tem responsabilidade no cumprimento da Comissão, o Novo Testamento fala não apenas sobre indivíduos (apóstolos, evangelistas etc.) envolvidos em atividades missionárias, mas também acerca de toda a Igreja envolvida e contribuindo para o cumprimento da Comissão. Christopher Wright (2012, p.259) cita como exemplo as Igrejas de Antioquia e Filipos. Segundo ele, “Antioquia se tornou o centro de missão para o norte e o oeste [...] tempos depois, a igreja de Filipos, tornou-se a primeira base de operações do Evangelho na Europa, e também o centro de apoio para o trabalho missionário de Paulo mais ao sul”. Em vista disso, como bem enfatizado por Carriker (1992, p. 27): “É nossa responsabilidade levar o evangelho a todas as nações. Se não o fizermos, deixaremos até de ser igreja, pois este envio para o mundo faz parte de sua essência”.

Para Goheen (2014, p.240-246) uma Igreja que entende que tem uma missão grandiosa a cumprir nesse mundo e que, portanto, está verdadeiramente preocupada com o cumprimento da missão que recebeu, é uma Igreja comprometida com três coisas fundamentais, a saber: Primeiro, é comprometida com um culto que fomente uma identidade missionária. Segundo ele, “[...] a adoração é a vocação mais importante da Igreja [...] [pois] dá ao povo de Deus o seu foco e a sua direção em todos os aspectos da vida; da adoração flui toda a vida da igreja, e na adoração toda a vida da igreja encontra a sua verdadeira finalidade [ou seja, glorificar a Deus]”. (2014, p.240). Como disse John Piper, “As missões não são o alvo fundamental da igreja. A adoração é. As missões existem porque não há adoração [...] A adoração é, portanto, o combustível e a meta das missões”. (PIPER, 2012, p.35). Segundo, é comprometida com a pregação do Evangelho. A pregação do Evangelho é o meio pelo qual o povo de Deus é instruído e capacitado para o cumprimento da sua missão, e

sem essa instrução e capacitação proporcionada pela pregação da palavra, a Igreja não terá condições de cumprir o seu chamado de discipular as nações por meio do batismo e do ensino de tudo o que Jesus ordenou (2014, p.230). Terceiro, é comprometida com a oração pelo cumprimento da comissão. A igreja que não aprende a orar com fervor e de maneira comunitária pelo avanço do reino de Cristo ou pelo cumprimento da missão que Cristo lhe confiou, jamais se tornará uma igreja verdadeiramente missionária (2014, p.246). Joel Beeke(2016. p.1074) observa que para o reformador João Calvino, “[...] a oração era uma arma do esforço missionário por amor às almas perdidas e para a glória de Deus na terra”. É por isso, que falando a respeito do dever da Igreja de orar por esse propósito ao comentar a segunda petição da oração dominical, Calvino diz:

Deve-se almejar que aconteça cada dia que de todos os rincões do mundo Deus junte a si suas igrejas, as propague e as faça aumentar em número, as sature de suas dádivas, estabeleça nelas ordem legítima; em contraposição, que prostre a todos os inimigos da sã doutrina e religião, lhes dissipe os conselhos, lance abaixo seus planos. (CALVINO, 2006, p.369)

Os puritanos, na condição de “sucessores” de Calvino, também oravam fervorosamente baseados na visão de que Cristo é soberano sobre todas as coisas e seu reino precisa encher toda a terra (BEEKE, 2016, p.1078). Assim, dentre as normas contidas no Diretório de Culto de Westminster, especialmente as que instruíam que o pastor deveria conduzir a Igreja em oração antes da pregação da palavra, está a instrução para que ele juntamente com toda a Igreja orasse “[...] pela propagação do Evangelho e do Reino de Cristo a todas as nações [...]”. (WESTMINSTER, 2000, p.32). Dessa forma, munida e comprometida com esses fundamentos, a Igreja estará então capacitada a cumprir a comissão.

Em face do exposto, a Igreja precisa ser instruída quanto à missão que Deus delegou ao seu povo, missão essa que não está exclusivamente restrita aos pastores e missionários, mas sim à toda a Igreja, a qual deve trabalhar unida no propósito de alcançar as nações da terra. O entendimento de que essa tarefa pesa somente sobre alguns e não sobre todo o corpo de Cristo, tem limitado o cumprimento da grande comissão, e com o foco voltado apenas para questões denominacionais, pouquíssimo esforço tem sido feito por parte de muitas Igrejas para que a comissão seja de fato cumprida. Portanto, a Igreja como corpo de Cristo é chamada por Deus para ser um organismo vivo de propagação do seu reino no mundo inteiro, e apenas entendendo a grandeza e o verdadeiro significado bíblico da comissão, é que a Igreja obterá êxito no cumprimento da missão que recebeu do Senhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como desde o início tem-se afirmado, foi assumido nesta pesquisa um posicionamento claro: a Grande Comissão consiste no chamado de Deus à Igreja para o discipulado de todas as nações. Esse olhar permitiu demonstrar que a abordagem individualista da Comissão é fruto de uma interpretação errônea e, conseqüentemente, da falta de entendimento do real significado bíblico da Missão da Igreja. Conforme foi demonstrado nesta pesquisa, Jesus é claro ao afirmar aos seus apóstolos, representantes da Igreja visível naquele momento, de que, não simplesmente discípulos de cada nação, mas todas as nações deveriam ser o alvo do discipulado da Igreja, e isso, através do batismo e do ensino dessas nações.

Seguiu-se, então, para os fundamentos bíblicos e confessionais que justificam o discipulado das nações. Quanto a isso, foi demonstrado que, o fato de que todas as nações devem ser submetidas ao Senhorio de Jesus Cristo por meio do discipulado, encontra-se fundamentado em várias promessas contidas em passagens do Antigo Testamento em que se mencionam as nações da terra sendo entregues e, conseqüentemente, sendo abençoadas pela obra realizada pelo Rei Messiânico, o descendente de Abraão e herdeiro do mundo, e por sua entronização como governante do mundo à direita de Deus. É por isso que depois de sua morte e ressurreição, Jesus declara ter recebido toda autoridade no céu e sobre a terra. E assim, dando como garantias a sua autoridade e a sua presença com a Igreja até a consumação dos séculos, Jesus envia os seus discípulos ao mundo como agentes do seu Reino a fim de discipularem as nações, submetendo-as ao seu Senhorio. Logo, uma análise neotestamentária demonstrou que após a ascensão de Cristo, mais especificamente após o derramar do Espírito Santo, a Igreja, por meio dos apóstolos e demais discípulos de Jesus, atua de forma intensa para cumprir a Comissão dada por

Cristo, com o Evangelho, conforme o livro de Atos dos Apóstolos, saindo de Jerusalém e alcançando até mesmo Roma, a qual pode ser considerada os Confins da Terra daquela época. Além disso, através de uma análise confessional, foi demonstrado que apesar dos Símbolos de Fé de Westminster não possuírem uma seção específica sobre a missão da Igreja, o incentivo ao cumprimento da Comissão pode ser claramente inferido em diversos trechos dos Símbolos de Fé.

Finalmente, analisamos as implicações que o entendimento correto da Comissão traz sobre a Igreja. Nesse ponto, dissemos que os aspectos bíblicos e teológicos da Grande Comissão contribuirão para que a Igreja restaure a perspectiva do caráter universal da missão da Igreja e para mostrar que a Igreja como corpo é responsável pelo cumprimento da Comissão. Portanto, é necessário que o Cristão e a Igreja como um todo observe a Grande Comissão contemplando essa perspectiva, e assim, considerem o seu dever de, como Cristãos e servos do Rei do Céu e da Terra, contribuírem para a conquista das nações. Por fim, naturalmente esse assunto exige muito mais estudos. Todavia, esperamos que a reflexão possibilitada pela leitura deste trabalho tenha instigado os leitores a pesquisarem mais acerca do tema, para que dessa forma, a Igreja do Senhor possa entender, de forma cada vez clara, a Grande Comissão que Cristo lhe delegou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA SAGRADA ALMEIDA REVISTA E ATUALIZADA.

2.ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

A BÍBLIA SAGRADA ALMEIDA REVISTA E CORRIGIDA.

Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

A BÍBLIA SAGRADA NOVA VERSÃO INTERNACIONAL. São

Paulo, SP: Sociedade Bíblica Internacional, 2001.

BRADFORD, Kevin. In: WINTER, Ralph D. **Perspectivas no movimento cristão mundial.** São Paulo: Vida Nova, 2009.

BARRY, J. D. **FaithlifeStudyBible.** Bellingham, WA: Lexham Press, 2016.

BARNES, Albert. **Comentário Bíblico de Albert Barnes.**

Disponível em:

<<https://www.bibliaplus.org/pt/commentaries/4/comentario-biblico-de-albert-barnes/isaias/52>>. Acesso em: 11 out. 2021.

BEALE, G.K. **Teologia Bíblica do Novo Testamento: a continuidade teológica do Antigo Testamento no Novo.** São Paulo: Vida Nova, 2018.

CHUNG, ChunKwang. **Missão primordial: Os fundamentos da missão em Gênesis 1-11.** São Paulo: Missiológica, 2019.

CHEUNG, Vincent. **Ensinaí as nações: Palestras sobre a Grande Comissão.** Disponível em:

<http://www.monergismo.com/textos/comentarios/ensinaí_nacoes_cheung>. Acesso em: 12 out. 2021.

CALVINO, João. **As institutas.** São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CARRIKER, Timóteo C. **Missões na Bíblia: princípios gerais.** São Paulo: Vida Nova, 1992.

FILHO, Oswaldo. In: WINTER, Ralph D. **Perspectivas no movimento cristão mundial.** São Paulo: Vida Nova, 2009.

FREITAS, Eduardo de. **Surgimento dos Estados Nacionais.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/como-surgira-os-estados-nacionais.htm>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GENTRY, Kenneth. **Grande comissão ou missão impossível?.** Disponível

em:<<https://arquivopreterista.blogspot.com/2016/11/grande-comissao-ou-missao-impossivel-dr.html?m=0>>. Acesso em: 26 out. 2021.

GOHEEN, Michael W. **A igreja missional na Bíblia: luz para as nações**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico de Matthew Henry**. Disponível em: < bibliaplus.org/pt/commentaries/2/comentario-biblico-de-matthew-henry/daniel/2>. Acesso em: 03 nov. 2021.

Hughes, Dewi. **Paz às nações: Etnia na Missão de Deus**. Disponível em: </<https://lausanne.org/pt-br/nao-categorizado-pt-br/paz-as-nacoes-zacarias-910etnia-na-missao-de-deus>>. Acesso em: 11 out. 2021.

MATHISON, Keith A. In: GENTRY, Kenneth. **Teu é o reino: um estudo sobre a esperança pós-milenarista**. Brasília, DF: Monergismo, 2014.

OSWALT, John. **Comentários do Antigo Testamento: Isaías**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

PERKS, Stephen C. **A grande descomissão**. Brasília, DF: Monergismo, 2015.

PIPER, John. **Alegrem-se os povos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

RAYMUNDO, César Francisco. **Troque o Arrebatamento pela Grande Comissão**. Disponível em: <http://www.revistacrista.org/Literaturas/Troque_o_Arrebatamento_pela_Grande_Comissao.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VANGEMEREN, Willem A. **Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

VERKUYL, Johannes. In: WINTER, Ralph D. **Perspectivas no movimento cristão mundial**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

WALTKE, Bruce K. **Comentários do Antigo Testamento: Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

WESTMINSTER, A. **A Confissão de Fé de Westminster**. 17. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

WESTMINSTER, A. **Catecismo Menor de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

WESTMINSTER, A. **Diretório de Culto de Westminster**. São Paulo: Os puritanos, 2016. Edições do Kindle.

WRIGHT, Christopher, J.H. **A missão do povo de Deus: uma teologia bíblica da missão da igreja**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

WRIGHT, Christopher, J.H. **A missão de Deus: desvendando a grande narrativa da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

WINTER, Ralph D. **Perspectivas no movimento cristão mundial**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

Obras importantes para pesquisa

Faça download de nossos outros títulos em

www.revistacrista.org

